

CZ\$ 600 bilhões até 89

24 JUL 1986
por Severino Góes
de Brasília

GAZETA MERCANTIL

Economia Brasil

O governo anunciou ontem uma série de medidas destinadas a corrigir os rumos do plano de estabilização econômica e também para financiar o desenvolvimento futuro do País, através de um Plano de Metas que consumirá recursos superiores a CZ\$ 600 bilhões até 1989. O governo pretende aumentar a poupança nacional na área produtiva de 17,6 para 21% do Produto Interno Bruto.

As principais medidas anunciadas ontem são as seguintes:

- Foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), pelo qual o governo pretende arrecadar o equivalente a 2% do PIB para

financiar empresas estatais e privadas. A estimativa do governo é de que no primeiro ano do plano sejam recolhidos CZ\$ 133 bilhões.

- Foi criado um empréstimo compulsório de 28% sobre as vendas de álcool e gasolina, que, a partir de hoje, terão seus preços majorados para CZ\$ 3,96 e CZ\$ 6,01 o litro, respectivamente. Os táxis serão autorizados pelas prefeituras de cada cidade a reajustar suas tarifas num percentual que não chegará a 10%, segundo o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro.

- Instituiu-se um empréstimo compulsório de 30% sobre as vendas de carros novos, de 20% para carros com dois anos de uso e de 10% para veículos com até quatro anos. Os carros vendidos em consórcios também pagarão o empréstimo compulsório, mas os motoristas de táxi estão isentos da nova taxa.

- A partir de agora, a compra de dólares para viagens ao exterior e a venda de passagens internacionais pagarão uma taxa de 25%.

- O governo vai obrigar as entidades de previdência privada das empresas estatais a destinar um terço de seu patrimônio, parceladamente (ainda não está definido o prazo), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento.

- O governo deverá anunciar, entre dez e quinze dias, as bases de uma nova caderneta de poupança, cujos rendimentos serão desvinculados do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e que terá juros flutuantes. Os dois sistemas — o atual e o novo — serão

mantidos, para que a população faça a opção pela alternativa que mais lhe convier.

- Em reunião realizada ontem à noite, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a incidência de uma alíquota de 65% do Imposto de Renda (IR) na fonte para todas as operações de curto prazo no mercado financeiro, com prazo de até 60 dias. As operações com prazo superior a 60 dias, a contar da data de emissão do papel, pagarão uma alíquota de 40% do IR sobre ganho de capital.

- O CMN reduziu de 35 para 20% a alíquota do IR na fonte sobre rendimentos de títulos financeiros nominativos com prazo acima de 60 dias. Para os títulos privados, a cobrança continua sendo feita na data de emissão do papel, menos nas operações que envolvam títulos com mais de 180 dias de vencimento, com base em taxas de juros flutuantes.

- O governo já decidiu, mas a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ainda

deverá regulamentar, flexibilizar a entrada de capitais estrangeiros em operações nas Bolsas de Valores do País. O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, disse à editora Maria Clara R. M. do Prado que esta abertura será feita gradualmente. Bracher negou que o governo vá alterar as regras para a remessa de dividendos ao exterior.

Com o Plano de Metas, o governo pretende criar 6,6 milhões de novos empregos até 1989, além de promover um crescimento do PIB de 7% ao ano e elevar a renda per capita da população em 20% na média, atingindo US\$ 2 mil anuais. O Plano, segundo o ministro do Planejamento, João Sayad, tem o objetivo de "resolver de uma vez por todas o problema da miséria brasileira". "A euforia apenas não constrói uma nação. Nós precisamos fazer investimentos básicos para permitir que o Brasil trilhe seu caminho", completou o ministro Dilsen Funaro.

(Ver páginas 5 e 16)